



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9h50m horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 797/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
2. REQ. N.º 775/12 – PC N.º 50/12 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE
3. REQ. N.º 1025/12 – PC N.º 134/12 – GALLOVIDRO, S.A.
4. REQ. N.º 1132/12 – PC N.º 355/11 – MARÇAL JÚLIO FONTES
5. REQ. N.º 1132/12 – PC N.º 635/01 – JOAQUIM NETO DA SILVA CARLOS
6. REQ. N.º 1121/12 – PC N.º 128/12 – MARIA LUCINDA ROSA CALADO
7. REQ. N.º 1140/12 – PC N.º 109/12 – SUN HUIQUN
8. REQ. N.º 1006/12 – PC N.º 489/01 – MARIA REGINA JESUS ROSA

9. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

10. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES LÚDICO - EXPRESSIVAS A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

11. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 –SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

12. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ENSINO DE INGLÊS AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

13. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 - AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA INTEGRADAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013.

15. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013.

16. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO 2012/2013

17. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DA NATACÃO AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA BENEFICIÁRIOS DE “CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO” E “CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO+” INTEGRADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE MEDIDATA, PARA O PERÍODO DE 24 MESES.

20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – ALUGUER DE PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2012 E 2013.

22. PROCESSO DISCIPLINAR PDC/FO-2/2012 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL.

23. AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO Nº 16/CO/2012 – INFRATORA: SORAIA SOFIA ALMEIDA ANTUNES – REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – FALTA DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL.

24. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA GENOVEVA ROSA VARELA GLÓRIA, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 7 3.ª DIREITO, PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO DIREITO DO BLOCO 5 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE DOENÇA.

25. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “CHAINS OF FUN – BAR BUNKER ” NA MARINHA GRANDE

26. ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS”- CP 04/10 - CONTINUAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.

27. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Na sequência das despesas do Estádio Municipal apresentadas nas reuniões de 20.06.2012 e 05.07.2012 e na sequência da solicitação do Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira na reunião de 05.07.2012, foi presente e distribuído aos Srs. Vereadores um mapa resumo das despesas correntes e despesas de capital, que fica apenso a esta ata.
(Anexo 1)

O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação, fora da ordem do dia, de três assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. REQ. N.º 797/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

454 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de um Armazém e duas Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 549/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 679/2003, de 12/11, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 70/07, de 09/06.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou declaração prévia de atividade industrial, que deverá ser apresentada pela entidade exploradora junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial – Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva**

Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2. REQ. N.º 775/12 – PC N.º 50/12 – JAIME MANUEL RASCÃO PIEDADE

455 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício destinado a Habitação, Comércio e Estabelecimento de Bebidas*”, incluindo a sua constituição no regime de Propriedade Horizontal, sito na Rua José Moreira, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1199/01, em nome de Jaime Manuel Rascão Piedade, referente ao licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação e Comércio*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 423/2003, de 14/07.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde (ACES - Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.), que se transcreve:

“(..)

Favorável condicionado

- 1. Desde que seja cumprido, na íntegra, o exposto na memória descritiva agora apresentada, nomeadamente no que se refere a:*
 - . revestimentos adequados de paredes interiores e pavimentos;*
 - . ventilação, arejamento e iluminação dos espaços;*
 - . zonas de serviço;*
 - . equipamentos.*
- 2. Deverá ser previsto vestiário bem dimensionado destinado ao uso do pessoal, com armários individuais de acordo com o n.º de funcionários ao serviço.*
- 3. O estabelecimento não será dotado de instalações sanitárias específicas para o pessoal. Na instalação sanitária destinada ao uso dos funcionários, o lavatório seja dotado de sistema de acionamento de água não manual (n.º 2 do Art.º 8, da Portaria n.º 215/2011 de 31 de Maio).*
- 4. Seja dado cumprimento à Lei n.º 37/2007 de 14 de Agosto, relativa à exposição involuntária ao fumo do tabaco.*

(...)”

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento dos condicionalismos impostos no parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde (ACES – Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.).
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
5. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3. REQ. N.º 1025/12 – PC N.º 134/12 – GALLOVIDRO, S.A.

456 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Construção de Parque de Estacionamento de Apoio a Unidade Industrial”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua Ricardo Santos Gallo Júnior, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam que o Projeto de Arquitetura apresentado se encontra apto a merecerem aprovação com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Demolição total do muro confinante com a Rua Vieira de Leiria, não podendo ficar edificadas, como decorre da leitura dos elementos desenhados, quaisquer barreiras ou obstáculos ao livre movimento ou passagem de peões ao espaço que vai ser criado para esse fim.**
- 2. Execução dos trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, uma futura intervenção neste prédio ficará condicionada ao recuo da frente confinante com a Travessa Ricardo Gallo e à realização das obras necessárias a integrá-la com a presente intervenção, consolidando também nesse local um passeio com uma largura de pelo menos 1,60m livres.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Deliberou ainda informar o requerente que, uma futura intervenção neste prédio ficará condicionada ao recuo da frente confinante com a Travessa Ricardo Gallo e à realização das obras necessárias a integrá-la com a presente intervenção,

consolidando também nesse local um passeio com uma largura de pelo menos 1,60m livres.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4. REQ. N.º 1122/12 – PC N.º 355/11 – MARÇAL JÚLIO FONTES

457 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de uma Moradia Unifamiliar*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Raízes, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1123/1985, em nome de Maria Regina Oliveira Gallo, referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Construção n.º 696/1985, de 20/08.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. O muro de vedação existente junto da Rua das Raízes, deverá recuar por forma a permitir a construção de um passeio com uma largura de 1,60m, corrigindo o raio de curvatura do muro confinante com a Rua das Raízes e a Rua do Futuro, para um valor igual ou superior a 5,00m, de modo a que faça ponto de tangência com o muro a construir no novo alinhamento.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- a. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

- b. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
- c. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5. REQ. N.º 1132/12 – PC N.º 635/01 – JOAQUIM NETO DA SILVA CARLOS

458 - Presente Processo de Licenciamento referente ao Licenciamento da “*Legalização de Alterações*” de uma Moradia Unifamiliar e Anexos, levada a efeito num prédio rústico localizado no Juncal, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/09/2011.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6. REQ. N.º 1121/12 – PC N.º 128/12 – MARIA LUCINDA ROSA CALADO

459 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração e Ampliação de uma Moradia Unifamiliar*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua da Paz, Lugar de Rego da Garcia, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. À apresentação de Ficha Eletrotécnica ou fotocópia do contrato de fornecimento com a empresa de distribuição de energia elétrica, nos termos previstos no art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4. REQ. N.º 1140/12 – PC N.º 109/12 – SUN HUIQUN

460 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Estabelecimento Comercial*” existente, localizado na Rua Machado Santos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/06/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8. REQ. N.º 1006/12 – PC N.º 489/01 – MARIA REGINA JESUS ROSA

461 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de duas Moradias Geminadas*”, levada a efeito num prédio urbano sito Lameira de Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 447/2003, de 07/11, com termo em 05/02/2004, com 1.ª prorrogação válida até 10/05/2004.

Presente requerimento n.º 1006/2012, de 14/06, pelo qual é solicitada “(...) *licença especial para acabamento da obra (...)*”, ao abrigo do n.º 1 do art. 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços, propondo a Declaração da Caducidade da Licença com vista à realização da Operação Urbanística em referência, nos termos da alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por a referida obra não ter sido concluída no prazo fixado na licença, contado a partir da data da emissão do respetivo alvará, permitindo assim a emissão da licença especial requerida, bem como a enquadrar o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

- 1. Declarar a caducidade da licença para a realização da Operação Urbanística em referência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, em virtude da não conclusão das obras no prazo fixado na licença e suas prorrogações.**
- 2. Deferir o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do previsto no art. 88.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por se considerar haver interesse na conclusão da obra, não se mostrando aconselhável a sua demolição por razões económicas e urbanísticas dado que a obra se encontra em avançado estado de execução, tendo em conta a atual conjuntura económica, atendendo aos custos que uma eventual demolição acarreta e face ao manifesto interesse da requerente em concluir a obra, para além do impacto urbanístico negativo que um prédio inacabado apresenta.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2012/2013

462 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação

quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º 1/481/2012 e requisição interna n.º 10915 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem

prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 38.069,67 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividade física e desportiva a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES LÚDICO - EXPRESSIVAS A PRESTAR AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO 2012/2013

463 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada

pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O nº 8 do art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no nº 4 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º I/480/2012 e requisição interna n.º 10913 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividades lúdico - expressivas a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividades lúdico - expressivas a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de

escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 60.195,30 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que não se aplicou redução remuneratória preceituada no n.º 1, do art.º 26.º, da Lei de Orçamento de Estado para 2012 por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2011, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de atividades lúdico - expressivas a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividades lúdico - expressivas a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013”*, dando

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividades lúdico - expressivas a prestar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

11. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 –SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013

464 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º 1/574/2012 e requisição interna n.º 10925 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que

foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 15.750,90 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividades de animação de bibliotecas escolares dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

12. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ENSINO DE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

**INGLÊS AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DOS AGRUPAMENTOS DE
ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO
DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR, PARA O ANO LETIVO
2012/2013**

465 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação nº 1/479/2012 e requisição interna nº 10912 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº8.º do artº 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 53.253,36 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de ensino*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013”, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de “*Serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013*”, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de ensino de inglês aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2012/2013*”.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

13. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2012/2013.

466 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º I/568/2012 e requisição interna n.º 10924 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 77.320,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande,*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA INTEGRADAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO, GUILHERME STEPHENS E VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013

467 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º 1/626/2012 e requisição interna n.º 11013 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação da aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano Letivo de 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano Letivo de 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 21.665,85 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que não se aplicou redução remuneratória preceituada no n.º 1, do art.º 26.º, da Lei de Orçamento de Estado para 2012 por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2011, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano Letivo de 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano Letivo de 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Aquisição de lanches para as crianças que frequentam a Componente de Apoio à Família integradas nos agrupamentos de Escolas Nery Capucho, Guilherme Stephens e Vieira de Leiria para o ano Letivo de 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

15. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO DE 2012/2013.

468 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da

República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º 1/579/2012 e requisição interna n.º 10920 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013, cujo contrato a celebrar

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 23.991,76 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013”, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de “*Serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013*”, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância dos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo de 2012/2013*”.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

16. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NERY CAPUCHO E GUILHERME STEPHENS PARA O ANO LETIVO 2012/2013

469 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada

pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O nº 8 do art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no nº 4 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação e requisição interna n.º 10916 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 20.439,54 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi a ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

17. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DA NATAÇÃO AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA O ANO LETIVO 2012/2013

470 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas

alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º 1/492 e requisição interna n.º 10917 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 14.025,96 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi o INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino da natação aos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA BENEFICIÁRIOS DE “CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO” E “CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO+” INTEGRADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.

471 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30

de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação n.º I/621/2012 e requisição interna n.º 7328 da DGR, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à “*CONTRATAÇÃO DE SEGUROS NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES E RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS*”, na classificação orgânica/económica 0103/ 0103090103 e ação do PAM 2012/A/135 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.799,60 euros, isentos de IVA, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de “*Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande*”, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato para a *“Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi a Sabseg - - Mediação de Seguros, S.A.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à *“Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE MEDIDATA, PARA O PERÍODO DE 24 MESES.

472 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º I/607/2012 e requisição interna n.º 10656 da DCCM, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata, para o período de 24 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *"MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE MEDIDATA"*, na classificação orgânica/económica 04/020219 e ação do PAM 2012/A/14 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 20.595,96 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi a MEDIDATA.NET- SISTEMA INFORMACAO PARA AUTARQUIAS, S.A.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de manutenção e assistência técnica ao software Medidata”*, para o período de 24 meses.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES.

473 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação

quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação e requisição interna n.º 10616 da DGF – Divisão de Gestão Financeira, na qual se justifica a necessidade de se proceder ao aluguer de plataforma electrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste no aluguer de plataforma electrónica de compras públicas, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“ALUGUER DA PLATAFORMA ELECTRÓNICA NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA”*, na classificação orgânica/económica 0103/020225 e ação do PAM 2012/A/19 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 22.857,50 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Aluguer de plataforma electrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Aluguer de plataforma electrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi a **CONSTRULINK - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A., N.I.F. 505091577**.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Aluguer de plataforma electrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses”*.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2012 E 2013.

474 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos

previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011,

- de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação e requisição interna n.º 10615/2012, da Chefe da Divisão de Gestão Financeira justificando a necessidade de se proceder à contratação dos serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013, atento o disposto no n.º 2 do art.º 47.º e art.º 48.º, ambos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

Considerando que o procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 euros.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados documentos comprovativos da regularização das obrigações fiscais e com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas do Município da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, conforme decorre dos próprios Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental na classificação orgânica/económica 0103/020214, para a qual foi emitida a proposta de cabimento com o n.º 1297/2012, que se anexa.

Considerando que o preço base a aplicar é de 24.300,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este

respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido, o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua redação atual, com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual e com o n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à celebração do contrato de *“Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22. PROCESSO DISCIPLINAR PDC/FO-2/2012 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL

475 - Presente o processo disciplinar n.º PDC/FO-2/2012, mandado instaurar por despacho do Presidente da Câmara n.º 80/GP/AP/2012, de 4 de abril de 2012, pela prática dos seguintes factos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Violação do dever de assiduidade consubstanciada no facto de não com parecer ao serviço, regular e continuamente, durante 11 dias interpolados – art.º 3.º n.ºs. 1, 2 alínea i) e 11 do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro e doravante e no presente Relatório designado apenas por Estatuto.

Finda a instrução do processo em 14-05-2012, foi contra o arguido deduzida a Acusação datada de 16 de maio de 2012, que lhe foi notificada pessoalmente em 21-05-2012.

Concluída a fase de defesa do arguido e não tendo este requerido a realização de quaisquer diligências probatórias, em 22-06-2012 foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no art.º 54.º n.º 1 do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, o respetivo Relatório Final, composto por 16 folhas e que aqui se dá para todos os legais efeitos com o integralmente reproduzido (cfr. fls. 83 a 98 dos autos).

A Câmara Municipal apreciou e no exercício das suas competências conferidas pelo n.º 4 do art.º 14.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas delibera, fazendo uso do escrutínio secreto previsto no artigo 90.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- 1. Concordar com as conclusões da Instrutora, fazendo seus os fundamentos de facto e de direito constantes do citado Relatório Final.**
- 2. Aplicar ao arguido a pena disciplinar proposta pela Instrutora e prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º, do mesmo Estatuto, traduzida na seguinte repreensão escrita:**

Tendo em conta que:

!O arguido praticou uma infração disciplinar por ter afrontado o dever geral de assiduidade previsto no art.º 3.º, n.º 2 e n.º 11 do Estatuto, que consiste em “comparecer ao serviço regular e continuamente”, não tendo comparecido ao serviço, durante 11 dias interpolados e prejudicando o normal funcionamento do mesmo.

!A infração disciplinar é grave atento o disposto no art.º 192.º, n.º 2 do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, já que algumas das faltas injustificadas foram imediatamente anteriores e posteriores a dias de descanso.

!O comportamento faltoso do arguido impõe um juízo de censurabilidade sobre a sua conduta.

!Foi formulado um juízo positivo sobre o mérito do trabalho desenvolvido pela respetiva superior hierárquica.

!O arguido deve tomar consciência do relevo do seu comportamento e da necessidade de adotar uma conduta que se conforme com o cumprimento de todos os deveres disciplinares.

É repreendido o arguido pela violação do dever geral de assiduidade, ficando advertido de que qualquer desrespeito futuro deste ou de outro dever disciplinar não poderá beneficiar da mesma opção sancionatória.

3. Notificar o arguido, a instrutora e participante da presente deliberação, nos termos do art.º 57.º, n.ºs. 1 e 3, do Estatuto.

4. Determinar à DAGRH-Divisão Administrativa e Gestão de Recursos Humanos que proceda ao registo no processo individual do trabalhador arguido da pena de repreensão escrita ora aplicada, conforme determina o art.º 9.º, n.º 4, do Estatuto.

5. Reconhecendo o arguido que tem um problema com o consumo de álcool e que é dele que decorre o seu recorrente comportamento infrator, sensibilizá-lo para a necessidade de obter ajuda especializada no seu tratamento e determinar aos serviços da DEDIS – Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social e da DAGRH - Divisão Administrativa e Gestão de Recursos Humanos, que de forma articulada, realizem todas as diligências necessárias e adequadas ao encaminhamento do arguido para serviços competentes nesse tipo de tratamento, garantindo, depois o seu acompanhamento.

6. Determinar à Dirigente da DOEM -Divisão de Obras e Equipamento Municipais, que em face da comprovada irregularidade do controlo de assiduidade realizado sobre os seus subordinados, reformule de imediato as metodologias de trabalho aplicadas nesta matéria, de modo a garantir que aquele controlo de assiduidade é realizado contemporânea e eficientemente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23. AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO Nº 16/CO/2012 – INFRATORA: SORAIA SOFIA ALMEIDA ANTUNES – REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – FALTA DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL.

476 - a) Em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal em sua reunião de 6 de Junho de 2012 foi a infratora, Soraia Sofia Almeida Antunes, titular do NIF 261773232, residente na Rua da Aventura, n.º 19, Brejo, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, notificada em 19-06-2012, pelo ofício n.º S/2794/2012, de 18-06-2012, para em sede de audiência prévia e na qualidade de entidade exploradora do estabelecimento de bebidas denominado "Dock's Club Caffé", sito na Rua D.

João Pereira Venâncio, n.º 4, Fração N, da mesma freguesia e concelho, se pronunciar sobre o projecto de ordem de remoção dos dois suportes publicitários que instalou na fachada do estabelecimento e numa parede de outra edificação à entrada do arruamento, sem que para o efeito se encontrasse munida dos competentes e necessários licenciamentos municipais para tais actos;

- b) Decorrido aquele prazo de audiência prévia de 10 dias úteis, a interessada não apresentou quaisquer alegações e nada disse;
- c) A interessada também nada fez para regularizar a situação não tendo apresentado, até esta data, requerimentos a solicitar à Câmara Municipal o licenciamento dos dois suportes publicitários, persistindo em mantê-los no mesmo local,

A Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto no art. 18., n.os. 1 e 3 do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, delibera conceder à infratora Soraia Sofia Almeida Antunes, o prazo de 10 dias úteis para proceder à remoção dos dois suportes publicitários dos locais onde se encontram afixados.

Mais delibera notificar a infratora de que nos termos do n.º 4 do mesmo art.º 18.º e do n. 1 do art.º 19., do mesmo Regulamento, decorrido aquele prazo sem que esta ordem de remoção se mostre cumprida, a Câmara Municipal promovê-la-á, não se responsabilizando por quaisquer danos que possam ocorrer nos materiais removidos e debitar-lhe-á os respetivos custos que devem ser pagos no prazo de 10 dias a contar da notificação efectuada para esse efeito.

Esta deliberação foi tomada por **unanimidade**.

24. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA GENOVEVA ROSA VARELA GLÓRIA, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 7 3.º DIREITO, PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉS DO CHÃO DIREITO DO BLOCO 5 DA REFERIDA RUA, POR MOTIVO DE IDADE E DE DOENÇA.

477 - Presente informação n.º 677/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social – DEDIS - datada de 10/07/2012, sobre a necessidade de transferência habitacional de Genoveva Rosa Varela Glória, do 3.º andar direito do bloco 7 da Rua Professor Melo Vieira, Casal de Malta, para a fração correspondente ao rés do chão direito do bloco 5 da referida rua, por motivos de idade e doença.

Considerando que a idade avançada da arrendatária;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando a dificuldade de mobilidade da mesma, devidos a problemas de saúde, devidamente identificados;

Considerando o atestado médico de incapacidade da inquilina em causa, no qual lhe é conferido um grau de incapacidade permanente global de 63%;

Considerando o primeiro pedido efetuado pela requerente, com o registo de entrada n.º 3096, datado de 02/03/2010, o qual não foi possível atender dada a inexistência de habitação social disponível adequada à sua condição;

Considerando o atual pedido com o registo de entrada n.º 4368/2012, no qual é reiterada a necessidade de transferência habitacional;

Considerando, a existência de um apartamento disponível adequado às necessidades de Genoveva Glória, que estará apto para habitar em setembro do corrente ano,

Mais delibera ainda concordar com a alteração do valor da renda a aplicar, nos termos do Regime de Renda Apoiada, passando a inquilina a pagar mensalmente, 38,96€ a partir do mês de setembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “CHAINS OF FUN – BAR BUNKER ” NA MARINHA GRANDE

478 - Presente informação nº 03/AF de 13-07-2012, Gabinete de Atendimento ao Município que se passa a transcrever:

“Silvia Cristina Coutinho Rosa, na qualidade de sócia gerente da sociedade comercial Chains of Fun, Lda, cessionário do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Bar Bunker”, sito em Picassinos-Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional no dia 05 de agosto de 2012, das 2:00h às 4:00h, para comemoração do aniversário do estabelecimento.

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.

Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) nº1 art.2º).

Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:

- Registo de saída nº 3292 de 13-07-2012 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;
- Registo de saída nº 3291 de 13-07-2012 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- Registo de saída nº 3290 de 13-07-2012 - Sindicato da Industria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares;"

Presente pareceres das entidades consultadas ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, ACIMG- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande, DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que se pronunciaram de modo favorável à pretensão da requerente. Porém todos eles alertam que devem ficar salvaguardadas a segurança e ordem pública, quer dos utentes dos estabelecimentos, quer da própria vizinhança.

A Câmara depois de analisar a informação nº 03/AF de 13-07-2012 e os referidos pareceres, delibera aprovar o alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento "Chains of fun – Bar Bunker" das 2:00h às 4:00h, no dia 5 de agosto de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26. ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS"- CP 04/10
CONTINUAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.

479 - Presente informação da DOEM com a Ref: smv/23/12 propondo a continuação da suspensão parcial da empreitada "Abertura de Arruamento Paralelo à Estrada dos Guilhermes e Duas Intersecções Giratórias"- CP 04/10" adjudicada ao consórcio Lenaprédio, Lda e Oliveiras, SA.

A Câmara depois de apreciar os documentos e concordando com a informação com a ref. smv/23/12, que aqui se dá por reproduzida e tendo em atenção que se verifica a necessidade de manter a suspensão parcial com vista à compatibilização de trabalhos, delibera aprovar a continuação da suspensão parcial da empreitada “Abertura de Arruamento Paralelo à Estrada dos Guilhermes e Duas Intersecções Giratórias”- CP 04/10, adjudicada ao consórcio Lenaprédio, Lda e Oliveiras, SA , por um período de mais 16 dias, com efeitos a partir do dia 1 de Julho, nos termos do disposto no art.º. 365º e art. 297º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27. RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia 18 de Julho de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades”: 1.748.090,19 euros.

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

480 - De acordo com o previsto no artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-/A/2011 de 11 de Janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. **TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE CARLOS MANUEL DE JESUS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, R/C B, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO.**
2. **BENEFICIAÇÃO DA RUA PROF. ALBERTO NERY CAPUCHO E RUA ENGº BERNARDINO BARROS GOMES – CONCUROS PÚBLICO Nº 07/2007 – REVISÃO DE PREÇOS.**
3. **BENEFICIAÇÃO DA RUA PROF. ALBERTO NERY CAPUCHO E RUA ENG.º BERNARDINO BARROS GOMES” – CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2007 – REVISÃO DE PREÇOS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE CARLOS MANUEL DE JESUS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, R/C B, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO.

481 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 4452/2012, do filho de Maria Fernanda de Jesus, a solicitar a transmissão do direito ao arrendamento;

Presente informação n.º 641 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, de 29 de junho de 2012, referente ao pedido de transmissão do direito ao arrendamento, efetuado por Carlos Manuel de Jesus, por morte da sua mãe;

Considerando que Maria Fernanda de Jesus foi arrendatária do Município da Marinha Grande desde 01 de julho de 1979;

Considerando que Maria Fernanda de Jesus faleceu no passado dia 01 de maio do corrente ano, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que Carlos Manuel de Jesus viveu toda a sua vida em economia comum com a falecida mãe;

Considerando a alínea b) do n.º 1 do artigo 1106.º do Código Civil: “O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.”

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Carlos Manuel de Jesus, tem direito ao arrendamento, na medida em que: “A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano...”

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Carlos Manuel de Jesus – contribuinte fiscal número 105159905, passando os recibos de renda mensal a ser emitidos em seu nome.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Mais delibera que o valor da renda seja atualizado para 115,77€ (cento e quinze euros e setenta e sete cêntimos), a partir do próximo mês de agosto, considerando as alterações registadas quer ao nível da constituição do agregado familiar quer dos respetivos rendimentos, de acordo com o Decreto-lei nº166/93, de 7 maio de 1993.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2. BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA - VIEIRA” – CP N.º 04/2009 - TRABALHOS A MENOS

482 - Presente informação da DOEM com a ref. LS/07/2012, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 130.709,41€ (cento e trinta mil, setecentos e nove euros e quarenta e um cêntimos), do contrato inicial e 14.194,00€ (catorze mil, cento e noventa e quatro euros) do contrato adicional n.º 19/2012, perfazendo o total de 144.903,41€ (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e três euros e quarenta e um cêntimos).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª LS/07/2012, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 130.709,41€ (cento e trinta mil, setecentos e nove euros e quarenta e um cêntimos), do contrato inicial, e 14.194,00€ (catorze mil, cento e noventa e quatro euros), do contrato adicional n.º 19/2012, perfazendo o valor total de 144.903,41€ (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e três euros e quarenta e um cêntimos), relativos à empreitada designada por “Beneficiação da Rua da Indústria”, adjudicada à firma Construções António Leal, S.A., ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 -BENEFICIAÇÃO DA RUA PROF. ALBERTO NERY CAPUCHO E RUA ENG.º BERNARDINO BARROS GOMES” – CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2007 – REVISÃO DE PREÇOS

483 - Presente informação da D.O.E.M., com a referência LS-08.2012, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada em epígrafe.

Considerando que, segundo o disposto no n.º 1 do art. 199º do Decreto-Lei N.º 59/99, de 2 Março, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
19/07/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”, designadamente o Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação LS-08.2012, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar a revisão de preços no valor de 1.690,54 € (MIL, SEISCENTOS E NOVENTA EURO(S) E CINQUENTA E QUATRO CÊNTIMO(S), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a favor do Município e a liquidar pelo co-contratante, da empreitada designada por “BENEFICIAÇÃO DA RUA PROF. ALBERTO NERY CAPUCHO E RUA ENG.º BERNARDINO BARROS GOMES”, adjudicada à firma LENAPRÉDIO, L.DA., ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 199º do Decreto-Lei N.º 59/99, de 2 Março e do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

!

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

484 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 10h45 minutos.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Dina Maria Ferreira Morgado Duarte, Assistente Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião